



Comissão do ESPORTE



Informativo da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados ano 1 - nº 7 - Brasília, 8 de julho de 2015

Foto: Douglas Gomes / Liderança PRB



Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados discutiu com representantes de ministérios a implantação de uma política permanente e sistemática para o setor

Governo apresentará projeto sobre Sistema Nacional do Esporte até setembro

Representantes do governo informaram, em debate na Câmara, que o Executivo deverá propor até setembro próximo um projeto de lei com a finalidade de instituir o Sistema Nacional do Esporte, que conterà normas sobre financiamento e repartição de competências entre União, estados, municípios e o Distrito Federal, definindo uma política permanente e sistemática para o setor.

O assunto foi debatido na manhã do dia 23 de junho, na abertura do seminário "Sistema Nacional do Esporte em Construção - sistemas públicos nacionais e modelos esportivos internacionais". O evento foi promovido pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados em parceria com o Ministério do Esporte.

Representantes dos ministérios da Educação, Saúde, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, que integram o Grupo de Trabalho (GT) responsável por debater a proposta, expuseram o funcionamento do sistema integrado de cada área, já existente ou em processo de formação.

O seminário foi aberto um dia após a divulgação pelo Ministério do Esporte do diagnóstico nacional do esporte, segundo o qual 45,9% dos brasileiros são sedentários, o que corresponde a quase 70 milhões de pessoas.

O presidente da Comissão do Esporte da Câmara, deputado Már-

cio Marinho (PRB-BA), disse que é preciso dar atenção ao esporte educacional: "A gente sempre tem ouvido falar de esporte só como de alto rendimento, de Copa do Mundo, Olimpíadas e nunca pensando [nele] no longo prazo. A gente quer aqui inserir o esporte educacional nas escolas para ter no futuro um resultado bem diferente daquele que a gente viu ontem".

Já a ex-jogadora de vôlei Ana Moser, presente ao seminário representando os institutos Atletas pelo Brasil e Esporte e Educação, destacou a importância de o sistema nacional do esporte que contemplar não apenas a competição de alto rendimento, mas também as dimensões de formação, lazer, saúde do cidadão comum.

"O esporte no Brasil acontece muito por eventualidades. Eventualmente tem um bom professor, um bom projeto, uma confederação mais forte que faz determinação de trabalho, uma ONG, um prefeito, um secretário de esportes que se refere ao sistema nacional do esporte. Então é em cima de uma eventualidade", observou.

A presidente do GT do Sistema Nacional do Esporte e diretora de planejamento e gestão estratégica do Ministério do Esporte, Cassia Damiani, disse que a intenção é enviar o projeto de lei até setembro deste ano.

"Essa nova lei vai separar o que é futebol profissional, man-

ter todos os avanços da Lei Pelé, e tratar também de definir níveis, atribuições, serviços e responsabilidades dos órgãos públicos, municípios, estados e União", explicou.

O deputado Márcio Marinho citou a possibilidade de estabelecer um percentual mínimo de investimento na área. Já a representante do Ministério do Esporte, Cassia Damiani, citou a ideia de criação de um fundo para o setor.

Texto: Agência Câmara

ESCALAÇÃO

Seminário discute modelos de sistemas esportivos internacionais [pág.2](#)

Dep. DELEY participa do Ping-pong [pág. 2](#)

Parlamentares contestam os critérios de distribuição de recursos do programa Bolsa-Atleta [pág. 3](#)

Artigo dep. FLÁVIA MORAIS [pág.4](#)



facebook.com/comissaoesportecd

Seminário discute modelos de sistemas esportivos internacionais



Foto: Jordana Rittas / ASCOM CESPO

Entre os pontos de discussão do Seminário que debateu a construção do Sistema Nacional do Esporte, dia 23 de junho, realizado pela Comissão do Esporte em parceria com o Ministério do Esporte, foram apresentados por especialistas modelos esportivos internacionais dos países: Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Rússia e Alemanha. A mesa de debate foi comandada pelo deputado Evandro Roman, relator da Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto.

O professor chileno Gonzalo Bravo, da West Virginia University, realizou um estudo comparado entre os modelos dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra. Ele demonstrou que no caso estadunidense não foi formalizado um sistema, pois não há uma legislação

específica sobre o tema, e quem regula o funcionamento da oferta esportiva é o mercado. "Neste caso, o esporte está pensado como um espetáculo. As universidades buscam visibilidade com as competições, pois as ligas universitárias enchem estádios para 20 mil pessoas a um preço médio de 50 dólares por ingresso, o que gera interesse da mídia e de publicidade", explicou.

Já no modelo canadense há uma estrutura governamental com foco na ampliação da oferta esportiva e que conta com três esferas de atuação (nacional, provincial e local), enquanto no modelo inglês há um forte investimento público, com receitas oriundas das loterias, mas que tem dois comitês distintos: um para o alto rendimento e outro para a base.

O sistema alemão tem nos clubes e associações a sua base de desenvolvimento. De acordo com o professor Valter Bracht, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), um terço da população do país é sócia de uma das 91 mil instituições do tipo. "O grande princípio foi o envolvimento das pessoas. O destino dos recursos públicos deve ser

para massificar a prática esportiva e não para o alto rendimento - é o reconhecimento do esporte para todos".

Para Bracht, o esporte de alto rendimento, que é resultado de uma ciência e de investimentos específicos, não deve ser financiado pelo Estado. "Se é um segmento da indústria do entretenimento, ela que tem que produzir isso. O Estado tem que ter ação reguladora. O fomento deve ser para os 190 milhões de brasileiros que não fazem esporte de alto rendimento, que querem apenas condições para praticar a atividade física".

Dar oportunidade para as pessoas praticar esporte é o princípio defendido pelo professor Antônio Carlos Gomes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que apresentou o modelo russo. "Se estamos falando em melhorar a qualidade de saúde através do exercício, se estamos falando em dar abertura maior para o esporte de rendimento, mas com a sociedade participando, temos que dar oportunidade. Primeiro, precisamos abrir as escolas, universidades e instituições militares. Segundo, precisamos cuidar dos nossos recursos humanos. Dar oportunidade é abrir as portas".

Com informações da Ascom Min. do Esporte

Deputado Deley (PTB/RJ)

tenha boas experiências para nos passar. A formação de atletas no Brasil engatinha. Estamos na véspera dos Jogos Olímpicos e a situação pouco mudou.

2) Qual a opinião do senhor sobre o Projeto de Lei nº 8.038, de 2014, que está tramitando na Comissão do Esporte, aguardando parecer do relator, e trata sobre as prerrogativas, obrigações, direitos e deveres das instituições que tratam da seleção e formação de atletas?

Tais instituições são muitas vezes a única porta de entrada das crianças para o mundo esportivo. Como acontece em tudo na vida, nas chamadas escolinhas têm gente boa e gente ruim. Acompanhar e fiscalizar essas unidades, então, se faz tão necessário quanto é necessário discutir como apoiá-las. Na verdade, é urgente que seja criada uma rede de proteção para nossas crianças. O sonho do esporte não pode se tornar um pesadelo. No entanto, defendo uma proposta mais ampla, de que as escolas e as

universidades se tornem polos formadores de atletas. Da mesma maneira, temos de valorizar os clubes, que hoje são os maiores formadores de atletas do Brasil, independente da modalidade. Temos de apoiar e fiscalizar na mesma medida. Hoje não apoiamos e não fiscalizamos.

3) O senhor já foi jogador de futebol e secretário de Esporte e Lazer do Município de Volta Redonda - RJ. Como o senhor tem trazido essas importantes experiências para sua atuação como membro da Comissão do Esporte?

Sem dúvida alguma toda essa bagagem nos dá uma segurança grande, na hora dos debates, de fazer proposições e elaborar projetos. Sempre busquei, em cada uma das atividades que exerci em minha vida, fazer melhor. Tenho uma história bonita como jogador profissional, assim como construí um grande legado em Volta Redonda, hoje considerada a cidade com melhor índice esportivo do Estado do Rio. É essa história que carrego comigo e que tenho como meu maior patrimônio.

PING-PONG



Foto: Tainna / assessoria Deley

1) O senhor integra a comitiva que irá acompanhar os Jogos Pan-Americanos de 2015, em Toronto, Canadá. Quais as expectativas para essa missão?

A expectativa nesses casos é sempre de uma troca positiva de experiências: levar um pouco do que sabemos e aprender bastante. Em seguida, temos de buscar maneiras de aplicar os bons exemplos em nosso país. Temos de adaptar os bons exemplos à nossa realidade e acredito que o Canadá

MEMBROS da Comissão de Esporte - CESPO

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Membros: Bloco PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB Afonso Hamm (PP/RS) Adelson Barreto (PTB/SE) Alexandre Valle (PRP/RJ) Alan Rick (PRB/AC) Deley (PTB/RJ) Benjamin Maranhão (SD/PB) Fabio Reis (PMDB/SE) Edinho Bez (PMDB/SC) Fernando Monteiro (PP/PE) Ezequiel Teixeira (SD/RJ) Hélio Leite (DEM/PA) João Arruda (PMDB/PR) Hiran Gonçalves (PMN/RR) Marcus Vicente (PP/ES) Jhonatan de Jesus (PRB/RR) Pedro Fernandes (PTB/MA) Marcelo Aro (PHS/MG) Márcio Marinho (PRB/BA) Bloco PT/PSD/PR/PROS/PCdoB Andres Sanchez (PT/SP) Altineu Côrtes (PR/RJ) Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) Chico D'angelo (PT/RJ) Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS) Fábio Mitidieri (PSD/SE) Evandro Rogerio Roman (PSD/PR) José Rocha (PR/BA) João Derly (PCdoB/RS) Goulart (PSD/SP) José Airtton Cirilo (PT/CE) Bloco PSDB/PSB/PPS/PV Rogério Marinho (PSDB/RN) Arnaldo Jordy (PPS/PA) Rubens Bueno (PPS/PR) Fábio Sousa (PSDB/GO) Silvio Torres (PSDB/SP) Tenente Lúcio (PSB/MG) Valadares Filho (PSB/SE) PDT Roberto Góes (AP) André Figueiredo (CE) Damião Feliciano (PB) Flávia Moraes (GO) Marcelo Matos (RJ).

Parlamentares contestam os critérios de distribuição de recursos do programa Bolsa-Atleta



Vitor Almada, deputado João Derly e Mosiah Rodrigues (composição da mesa da esq. p/ dir.)

Parlamentares contestaram os critérios de distribuição de recursos do programa Bolsa-Atleta durante audiência pública realizada dia 1º de julho, que discutiu o tema na Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

Os deputados questionaram ainda a permanência no programa de atletas que recebem aporte financeiro privado ou patrocínio de entidades públicas, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras.

Criado pela Lei 10.891/04, o programa é destinado prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paralímpicas. Eles recebem benefícios do governo de acordo com a categoria em que são enquadrados. São seis no total, desde a categoria atleta de base, para aqueles que são iniciantes, até a atleta pódio, destinada a esportistas olímpicos e paralímpicos com chances de medalha nos Jogos de 2016, no Rio.

O diretor substituto do Departamento de Promoções

e Eventos Esportivos do Ministério do Esporte, Vitor Almada, destacou avanços na legislação e sinalizou a possibilidade da adoção de novas regras, como o teto limite sugerido por Derly. "É uma proposta, um questionamento interessante. O ponto principal é como definir isso. O esporte contempla modalidades totalmente diferentes. A necessidade de um atleta de hipismo é diferente da necessidade de um atleta de voleibol; é diferente da necessidade do atleta do tiro com arco".

Para impedir, por exemplo, que atletas recebam dinheiro do programa e, ao mesmo tempo, possuam contratos privados com salários milionários que os financie juntamente com recursos da Bolsa-Atleta, o deputado Andres Sanchez (PT-SP) defende a atualização da lei para que o atleta possa se adequar a um novo modelo de repartição dos recursos.

Com informações da Agência Câmara

Seminário discute fontes de financiamento para o esporte brasileiro

No dia 24 de junho, o Seminário teve continuidade no Ministério do Esporte e o debate foi concentrado nos conceitos que devem nortear o documento e as fontes de financiamento para o setor. O secretário executivo Lindberg Júnior, representou a Comissão do Esporte.

O Sistema Nacional do Esporte servirá, dentre outras coisas, para definir as atribuições da União, estados e municípios e da iniciativa privada no fomento ao setor.

Para se ter uma real dimensão das verbas federais que são utilizadas em políticas esportivas, o professor Fernando Mascarenhas, da Universidade de Brasília (UnB), desenvolveu um estudo para identificar, analisar e avaliar a magnitude e as fontes dos recursos e o direcionamento dado ao investimento.

A definição do que é esporte também tomou conta das discussões. O debate que não fica apenas no campo teórico, mas deve servir para delimitar as ações do setor esportivo no país, de acordo com Jorge Steinhilber, presidente do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF).

Com informações ASCOM/Min. do Esporte

Fomento ao esporte indígena no Brasil será tema de Audiência



Márcio Marinho recebe, na Comissão do Esporte, representantes indígenas de diversas etnias

A Comissão do Esporte aprovou requerimento do deputado Márcio Marinho, presidente do colegiado, para a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o fomento ao esporte indígena no Brasil. "Sempre que

pensamos em algum tipo de competição desportiva, a primeira ideia é Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e até mesmo alguns de que o Brasil participa muito pouco, como Olimpíadas de Inverno. No entanto, nunca imaginamos os Jogos dos Povos Indígenas", disse.

Segundo Marinho, discutir o esporte indígena é importante no momento em que o Brasil será o primeiro país a sediar a 1ª edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, que acontecerá entre os dias 23 de outubro a 1º de novembro deste ano, em Palmas (TO). Na opinião do parlamentar, mesmo com a realização, nossos compatriotas se

sentem desprezados no momento em que se discute um projeto de lei para o Sistema Nacional do Esporte, e nada mais justo do que trazer esse tema de tanta relevância para a Comissão do Esporte.

A ideia para o debate surgiu após encontro entre Márcio Marinho e representantes indígenas de várias etnias. Durante o encontro, os indígenas reclamaram da falta de políticas públicas voltadas para o esporte e lazer tradicionais das etnias. "Nossas competições não recebem apoio financeiro e nem tem divulgação", lamentou o professor de educação física Antônio Souza Filho, índio da etnia tupiniquim.

Comissão debate aspectos contábeis da Lei de Incentivo ao Esporte



Antônio Miguel Fernandes, deputado Evandro Roman e Lucélia Lecheta (composição da mesa da esq. p/ dir.)

No momento em que a Câmara discute a prorrogação da vigência da Lei de Incentivo ao Esporte, que se encerra no final deste ano, a Comissão do Esporte promoveu audiência pública na tarde desta terça-feira (30) para debater os aspectos contábeis da Lei.

O autor do requerimento que propôs a audiência, deputado Evandro

Roman, defende a prorrogação da Lei de Incentivo ao Esporte a partir da construção com sugestões e ideias para o seu aperfeiçoamento.

A Lei de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor, e as pessoas físicas, até 6%.

Para o Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Antônio Miguel Fernandes, este não é o momento certo para aumentar o percentual do investimento. "A gente vive um momento de aperto fiscal - não é uma boa estratégia falarmos em aumento dos percentuais, apesar de considerá-los restritivos, baixos e pouco atrativos", disse.

Por outro lado o conselheiro frisou

que deve haver maior envolvimento das confederações, federações, Ministério do Esporte e Conselho Federal para desenvolver um projeto de sensibilização, principalmente com os profissionais da contabilidade, e exemplificou: "Há vários estados brasileiros que têm incentivo na questão do ICMS, e muitos profissionais desconhecem ou não o consideram importante".

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRC/PR), Lucélia Lecheta, aponta que as leis de incentivo precisam ser interessantes para o empresário, para o atleta, e factíveis para o governo - são os três pilares que precisam se equilibrar para refazer essa legislação.

Lucélia defende que as entidades esportivas precisam passar por uma melhoria na estrutura contábil; as normas já existem, mas necessitam de aplicabilidade.

O presidente da Comissão do Esporte, deputado Márcio Marinho, e os deputados membros do colegiado, Hélio Leite e Deley, estarão em missão oficial durante os dias 9 a 13 de julho acompanhando a abertura dos Jogos Pan-Americanos que serão realizados em Toronto, Canadá.



Em reunião deliberativa na Comissão do Esporte na no dia 1 de julho, o colegiado aprovou o requerimento, de autoria do deputado Márcio Marinho, que solicita a realização de uma palestra sobre o modelo esportivo chinês com a presença do Conselheiro Cultural da Embaixada da República Popular da China e especialista no modelo esportivo chinês, Shi Zequim.

De acordo com o autor do requerimento, a China realiza campeonatos nas escolas, selecionando os principais atletas. Aqueles que vencem as modalidades vão para uma universidade do esporte; lá os alunos estudam, mas o foco está concentrado na prática esportiva.



A Subcomissão Permanente do Futebol se reuniu no dia 2 de julho, na sala de reuniões da Comissão do Esporte.

O presidente, deputado Afonso Hamm anunciou que a Subcomissão irá promover o fórum legislativo do futebol no segundo semestre de 2015.

O fórum servirá para debater sobre as questões trabalhistas, tributárias e previdenciárias do futebol, a segurança dos torcedores nos estádios e arenas, a formação dos atletas e o calendário do futebol brasileiro.

MEDALHA DE OURO

Foto: Jordana Ribas/ASCOM/CESEPO



“A escola precisa ser encarada como embrião das políticas efetivas para o esporte e para a inclusão social.”

Deputada Flávia Morais (PDT/GO)

Todo mundo sabe que é na infância e na adolescência que os talentos afloram e que o corpo de atletas, esportistas, dançarinos, despertam suas habilidades.

Como professora de Educação Física, disciplina que desde 1996 integra o currículo do ensino básico e médio, acredito que a escola precisa ser encarada como embrião das políticas efetivas para o esporte e para inclusão social.

Isso porque já está comprovado, inclusive pela neurociência, de que o esporte é determinante para desenvolver a capacidade física, comportamental e cognitiva dos indivíduos em fase de formação.

Quando esse aspecto científico se ambientaliza no contexto social da criança, é possível observar estímulos na personalidade, na capacidade e no respeito às regras de conduta - daquilo que é certo e errado - permissível e não permissível.

Como num jogo de futebol, a vida em sociedade impõe regras, e alcançar a vitória exige um longo percurso de respeito a elas.

Do ponto de vista físico, o esporte escolar tem sido um aliado, sobretudo, num momento em que a obesidade infantil, é no Brasil, uma realidade crescente - altamente influenciada pela cultura cibernética. Não que a inserção tecnológica seja nociva à humanidade. Pelo contrário, é quase impossível viver, trabalhar, socializar, hoje em dia, sem ela. Mas é preciso saber até que ponto essa rotina tem afastado as crianças dos hábitos saudáveis.

Estudos são unânimes ao afirmar os benefícios da iniciação esportiva, bem como para os riscos, se afastada de uma

base pedagógica. A ONU observou que o esporte, mesmo que tenha como princípio o desenvolvimento físico e da saúde, serve também para a aquisição de valores necessários para coesão social.

Desenvolver o cidadão através de práticas esportivas é um método que vem dando certo em todo o mundo. Afinal, não é de hoje que se escuta falar de crianças e adolescentes que mudam suas vidas e tornam-se verdadeiramente cidadãos de “bem”, ao integrar projetos esportivos.

O esporte aliado a educação é uma poderosa arma na área da proteção social e resgate de crianças e jovens em situação de risco. Os benefícios do esporte tem ultrapassado o limite do bem estar físico e tem ajudado a manter nossas crianças e jovens longe das drogas, e do crime.

Um Brasil no qual a educação física paralela ao estudo nas escolas falasse em conceito único, de time, de liderança, de respeito. Uma escola que, além de ensinar matemática e português, desenvolvesse mentes, ideias, talentos e esse espírito de união.

As instituições precisam aprender a vivenciar o esporte para a vida, a apoiar quem cedo já decidiu por esse caminho, para efetivamente fomentar um futuro “show de bola”.

EXPEDIENTE

Presidente: Márcio Marinho (PRB/BA) 1º Vice-Presidente: Alexandre Valle (PRP/RJ) 2º Vice-Presidente: Hélio Leite (DEM/PA) 3º Vice-Presidente: João Derly (PCdoB/RS) Secretário-Executivo: Lindberg Aziz Cury Júnior Corpo Técnico: Alessandra Müller Vidal Guerra, Cláudio Ramos Aguirra, Flávio Silva Macedo, Paola Mara Alves Silveira, Regina Olímpia Figueira de Bessa. Jornalista responsável: Jordana Ribas. Colaboração: Luís Augusto Gomes. Programação visual: Akimi Watanabe. Diagramação: Jordana Ribas. Revisão: Ronaldo Santiago. Impressão: Deapa/Cgraf. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II, Ala C, Sala 2, térreo. Telefones: (61) 3216-6351/52/53/54. E-mail: cespo.decom@camara.leg.br. Endereço eletrônico da Comissão do Esporte: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cespo>

